

### Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL submete à apreciação dos senhores as demonstrações financeiras da

Sociedade, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Recife, 19 de abril de 2016.

#### A Administração

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	6	20	15.517
Contas a receber de clientes	5	-	-	42.542
Estoque	6	-	-	24.791
Impostos a recuperar	7	556	543	3.930
Outras contas a receber	8	21.901	11.717	27.117
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>22.463</b>	<b>12.280</b>	<b>113.897</b>	<b>376.409</b>
<b>Não circulante</b>				
Impostos a recuperar	7	-	-	55.577
Outras contas a receber	8	7.200	-	18.726
Partes relacionadas - Mútuo	19	210	152	210
Investimentos	9	336.109	402.421	126.108
Imobilizado	10	17	15	235.666
Intangível	-	-	-	125
Diferido	11	-	-	7.965
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>343.535</b>	<b>402.588</b>	<b>444.377</b>	<b>311.197</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>365.999</b>	<b>414.868</b>	<b>558.274</b>	<b>687.606</b>

Sociedade, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Recife, 19 de abril de 2016.

#### A Administração

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Passivo Circulante	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fornecedores	12	1.227	911	16.787
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	1.988
Dividendos a pagar	18	-	63.016	184
Debêntures	14	-	-	12.058
Impostos e contribuições - corrente	15	11	3	114,9
Partes relacionadas - Mútuo	19	2.551	3.140	1.828
Outras contas a pagar	16	883	-	17.529
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>4.672</b>	<b>67.070</b>	<b>62.014</b>	<b>182.252</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	1.632
Debêntures	14	-	-	98.462
Provisão para contingências	17	-	-	6.911
Partes relacionadas - Mútuo	19	-	-	7.027
Impostos e contribuições - corrente	15	-	-	240
Impostos e contribuições - diferido	15	-	-	13.276
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>18</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>125.548</b>
<b>Total do passivo líquido</b>	<b>361.327</b>	<b>347.798</b>	<b>371.712</b>	<b>367.422</b>
Capital social	39.590	39.590	39.590	39.590
Adiantamento para futuro aumento de capital	321	321	321	321
Reserva de lucros	82.512	82.512	82.512	82.512
Reserva de capital	238.904	225.375	238.904	225.375
Reserva de lucros	361.327	347.798	361.327	347.798
Participação dos não controladores	-	-	-	-
Participação dos não controladores	-	-	-	-
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>365.999</b>	<b>414.868</b>	<b>558.274</b>	<b>687.606</b>

### Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
<b>Receita</b>					
Custo da energia gerada e dos serviços prestados	21	-	-	842.520	1.110.308
<b>Lucro bruto</b>				(612.998)	(684.784)
Despesa administrativa	-	-	-	229.522	425.524
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(2.246)	(2.164)	(29.994)	(27.638)
<b>Resultado antes dos resultados financeiros, equivalência patrimonial e dos tributos</b>					
Receitas financeiras	24	39	409	7.285	1.671
Despesas financeiras	24	(3)	(837)	(18.081)	(19.558)
<b>Resultado financeiro líquido</b>					
Resultado antes da equivalência patrimonial e tributos	-	-	-	36	(17.887)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(2.210)	(2.592)	189.405	380.168
<b>Resultado antes dos tributos</b>					
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	-	206.265	293.721
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-	-	204.055	291.129
<b>Resultado do exercício antes da participação dos não controladores</b>					
Participação dos não controladores	-	-	-	(8.623)	(15.082)
<b>Lucro líquido do exercício</b>					
Participação dos não controladores	-	-	-	204.055	291.129
<b>Lucro líquido do exercício</b>					
Participação dos não controladores	-	-	-	204.055	291.129
<b>Resultado atribuível aos:</b>					
Acionistas controladores	-	-	-	204.055	291.129
Acionistas não controladores	-	-	-	(8.623)	(15.082)
<b>Resultado do exercício</b>					
Resultado básico e diluído por ação por lote de mil ações	-	-	-	5,15	7,35
Quantidade de ações por lote de mil ações	18	39.590	39.590	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Capital social integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros		Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
			Legal	Retenção de lucros		
39.590	321	82.512	6.732	33.528	162.683	162.683
-	-	-	-	-	291.129	291.129
-	-	-	1.186	(1.186)	(72.486)	(72.486)
-	-	-	(33.528)	(217.457)	(33.528)	(33.528)
-	-	-	217.457	(217.457)	-	-
39.590	321	82.512	7.918	217.457	347.798	347.798
-	-	-	-	-	(10.239)	(10.239)
-	-	-	-	-	204.055	204.055
-	-	-	-	-	(51.014)	(51.014)
-	-	-	-	-	(139.512)	(139.512)
-	-	-	13.529	(13.529)	-	-
39.590	321	82.512	7.918	230.986	361.327	370.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro líquido do exercício	204.055	291.129	204.055	291.129
Ajustes por:				
Equivalência patrimonial	(206.265)	(293.721)	(49.408)	14.991
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	-	-	8.623
Participação de não controladores	-	-	-	19.839
Depreciação e amortização	-	-	-	25.775
Impostos diferidos	-	-	173	18.081
Juros provisionados	-	-	(2.210)	(2.419)
<b>Variação no ativo e passivos</b>				
Contas a receber de clientes	-	(13)	183.303	(197.156)
Contas a pagar	-	(84)	(26.633)	(49.198)
Estoque	-	-	(681)	(13.951)
Outras contas a receber	(17.383)	(24)	(5.900)	(5.232)
Fornecedores	315	(7)	(34.859)	29.694
Impostos e contribuições	8	(1)	(27.105)	37.246
Outros passivos	883	-	7.392	6.044
<b>Caixa originado das atividades operacionais</b>	<b>(18.400)</b>	<b>(2.535)</b>	<b>322.550</b>	<b>213.636</b>
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>				
Adições de investimento	(10.219)	(18.566)	(62.717)	(18.566)
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	(3.517)	-	-	-
Adições de imobilizado	(2)	(15)	(45.072)	(18.354)
<b>Caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(13.738)</b>	<b>(18.581)</b>	<b>(107.789)</b>	<b>(36.920)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Captação de recursos				
Contratação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	62.300
Captação de partes relacionadas	(58)	17.094	(58)	27.640
Dividendos recebidos	286.313	81.874	2.888	1.429
Amortização	-	-	-	-
Princípio de debêntures	-	(10.000)	(14.249)	(23.154)
Juros de debêntures	-	(982)	(1.096)	(14.640)
Princípio empréstimos bancários	-	-	(1.227)	(74.766)
Juros empréstimos bancários	-	-	(599)	(2.392)
Liquidação de empréstimos de partes relacionadas	(589)	(12.785)	1.953	(29.194)
Pagamento de dividendos	(253.542)	(56.287)	(253.358)	(60.133)
<b>Caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>32.124</b>	<b>18.914</b>	<b>(265.946)</b>	<b>(112.910)</b>
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(14)</b>	<b>(2.202)</b>	<b>61.185</b>	<b>63.806</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	20	2.222	66.702	2.896
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<b>6</b>	<b>20</b>	<b>15.517</b>	<b>66.702</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro líquido do exercício	204.055	291.129	204.055	291.129
Ajustes por:				
Equivalência patrimonial	(206.265)	(293.721)	(49.408)	14.991
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	-	-	8.623
Participação de não controladores	-	-	-	19.839
Depreciação e amortização	-	-	-	25.775
Impostos diferidos	-	-	173	18.081
Juros provisionados	-	-	(2.210)	(2.419)
<b>Variação no ativo e passivos</b>				
Contas a receber de clientes	-	(13)	183.303	(197.156)
Contas a pagar	-	(84)	(26.633)	(49.198)
Estoque	-	-	(681)	(13.951)
Outras contas a receber	(17.383)	(24)	(5.900)	(5.232)
Fornecedores	315	(7)	(34.859)	29.694
Impostos e contribuições	8	(1)	(27.105)	37.246
Outros passivos	883	-	7.392	6.044
<b>Caixa originado das atividades operacionais</b>	<b>(18.400)</b>	<b>(2.535)</b>	<b>322.550</b>	<b>213.636</b>
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>				
Adições de investimento	(10.219)	(18.566)	(62.717)	(18.566)
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	(3.517)	-	-	-
Adições de imobilizado	(2)	(15)	(45.072)	(18.354)
<b>Caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(13.738)</b>	<b>(18.581)</b>	<b>(107.789)</b>	<b>(36.920)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Captação de recursos				
Contratação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	62.300
Captação de partes relacionadas	(58)	17.094	(58)	27.640
Dividendos recebidos	286.313	81.874	2.888	1.429
Amortização	-	-	-	-
Princípio de debêntures	-	(10.000)	(14.249)	(23.154)
Juros de debêntures	-	(982)	(1.096)	(14.640)
Princípio empréstimos bancários	-	-	(1.227)	(74.766)
Juros empréstimos bancários	-	-	(599)	(2.392)
Liquidação de empréstimos de partes relacionadas	(589)	(12.785)	1.953	(29.194)
Pagamento de dividendos	(253.542)	(56.287)	(253.358)	(60.133)
<b>Caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>32.124</b>	<b>18.914</b>	<b>(265.946)</b>	<b>(112.910)</b>
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(14)</b>	<b>(2.202)</b>	<b>61.185</b>	<b>63.806</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	20	2.222	66.702	2.896
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<b>6</b>	<b>20</b>	<b>15.517</b>	<b>66.702</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de vida útil para os bens, conforme segue (em anos):

	Controladas	
	ENORTE	EPESA
Construções	25	25
Máquinas e equipamentos - Grupos geradores e sistema de tancagem	10	30
Máquinas e equipamentos - Outros	10	10
Instalações industriais	10	10
Móveis e utensílios	5	5
Equipamentos eletrônicos	5	5
Veículos	5	5

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que tem maior prazo entre o prazo de arrendamento e a sua vida útil, desde que esse prazo razoavelmente certo de que a Sociedade irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. e. **Diferido**. São mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas no valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada pelo método linear pelo prazo de 10 anos e reconhecida no resultado. f. **Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment. (i) Ativos financeiros (incluindo empréstimos e recebíveis)**. Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda de valor recuperável se uma evidência objetiva indica a ocorrência de um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Sociedade sob condições de que a Sociedade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor estará em dificuldades financeiras, o Grupo comprove evidência de perda de valor para investimentos totais a nível internacionalizado como no nível local. (ii) **Ativos não financeiros**. Ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm sua recuperação testada sempre que há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e desde que aquele evento (ou eventos) tenha um impacto, estimável com confiabilidade, nos fluxos de caixa futuros do ativo. Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm seus valores de recuperação revisados pela administração sempre que ocorrerem mudanças em estimativas para o ativo. h. **Receita operacional**. As receitas operacionais representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades de cada Sociedade do Grupo, e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida dos descontos incidentes sobre esta, sendo que os impostos são reconhecidos quando as receitas são reconhecidas/controladas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos prováveis usados para fins de tributação. Imposto diferido é mensurado pelas alíquotas de renda e créditos diferidos. **Imposto corrente**. O imposto corrente é imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **Imposto diferido**. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Imposto diferido é mensurado pelas alíquotas de renda e créditos diferidos. **Imposto corrente**. O imposto corrente é imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **Imposto diferido**. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Imposto diferido é mensurado pelas alíquotas de renda e créditos diferidos. **Imposto corrente**. O imposto corrente é imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua reconhecida não seja mais provável.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	

para a recuperação do valor residual são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no país ou no exterior; (ii) utilização dos ativos, que estarão em ótimo estado de conservação devido à baixa previsão de despacho, nos novos leilões, editais e concorrências considerando que a sua autorização pela ANEEL para operar é 35 anos; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores reservas para indústrias, autogeração, tançagem de combustíveis de qualquer natureza, etc. Com base em sua melhor estimativa, a EPESA realizou análise de imparidade do seu ativo imobilizado e ativo diferido, com base nas projeções do resultado futuro até 2023. Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto a qual refletiu o custo médio de oportunidade da Sociedade (14,15% a.a.), gerando um fluxo de caixa livre que supera substancialmente o valor residual projetado para 2015. Por essa razão, a Administração entende que não existe imparidade entre os valores registrados, portanto, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras. **Recuperação do valor residual dos ativos ENORTE.** Considerando que para os ativos a vida útil estimada é maior que o tempo de contrato com a Amazonas Energia, alternativas para a recuperação do valor residual são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no País ou no exterior; (ii) utilização em futuros contratos se a Empresa vencer novos leilões, editais e concorrências para geração; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores de reservas para indústrias, autogeração, tançagem de combustíveis de qualquer natureza.

	Consolidado	
	2015	2014
Gastos administrativos pré-operacionais	1.652	1.652
Gastos de elaboração do projeto	9.025	9.025
Gastos financeiros pré-operacionais	12.603	12.603
Custo	23.310	23.310
(-) Amortização acumulada	(15.345)	(13.014)
Custo líquido	<b>7.965</b>	<b>10.296</b>

O diferido está sendo amortizado em 10 anos, sendo apropriados aos resultados dos exercícios despesas com amortização de R\$ 2.331 anualmente. A controlada EPESA decidiu pela manutenção do saldo de valor diferido, conforme previsto na legislação vigente, até sua completa amortização.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fiança CPFL	-	885	-	885
Areva (i)	-	-	7.580	7.580
Transmissoras (ii)	-	-	1.293	1.411
BR Distribuidora (iii)	-	-	13.222	13.222
Twenty Six Trading (iv)	-	-	3.804	9.128
Genpower (v)	1.181	-	1.181	-
Caterpillar	-	-	-	2.675
Outros	46	26	2.302	16.749
<b>Total</b>	<b>1.227</b>	<b>911</b>	<b>16.787</b>	<b>51.645</b>

(i) Em 16 de novembro de 2007, a EPESA contratou a Benco Energia Ltda. para a prestação de serviço de engenharia, gerenciamento, construção e montagem das usinas. Na execução do serviço, a Benco subcontratou em abril de 2008 a Areva Transmissão e Distribuição de Energia Ltda. para instalar os disjuntores-chave, seccionadores, barra-raios, transformadores de corrente e tensão, sistema de proteção e controle e os cabulos de média tensão. A Areva emitiu notas fiscais de R\$ 7.580, as quais se encontram pendentes de pagamento pela EPESA dado ao fato da Sociedade ter movido ação contra a Areva por perdas e danos decorrente do atraso na entrada em operação das usinas (Nota Explicativa nº 17). Parte do valor está depositado em juízo e para o restante foi oferecida fiança bancária e penhora de bens do sócio controlador. (ii) Tarifa paga pela controlada EPESA, mensalmente para 64 transmissoras pelo uso das redes de transmissão, conforme contratos regulados (TUST). (iii) Refere-se à aquisição de óleo diesel para geração de energia em atendimento ao despacho contínuo pelo ONS que em 2015 foram realizadas compras à vista, aproveitando-se de descontos financeiros. (iv) Refere-se a aquisição de peças de reposição no exterior pela controlada EPESA. (v) Refere-se a parcela de participação de 50% do Seguro de Fiel Cumprimento face ao investimento no projeto da UTE e gás GPE SERGIPE, que foi vencedor no leilão A-5 da ANEEL de 30/04/2015, em consórcio com a GENPOWER.

	Consolidado	
	2015	2014
Finame BNDES - Itaú BBA	3.620	5.446
<b>Total</b>	<b>3.620</b>	<b>5.446</b>

Circulante 1.988 2.011  
Não circulante 1.632 3.435

Modalidade	Custo captação	Vencimento	Parcelas	Consolidado	
				2015	2014
Finame BNDES - Itaú BBA - EPESA	3,00 % a.a.	jul/17	31	2.270	3.604
Finame BNDES - Itaú BBA - ENORTE	3,00 % a.a.	set/18	45	1.350	1.842
<b>Total</b>				<b>3.620</b>	<b>5.446</b>

**ENORTE.** O financiamento FINAME contratado em janeiro de 2014 para aquisição de 12 grupos geradores para a usina para adicionar à reserva técnica, estando os referidos equipamentos em garantia desta operação. **EPESA.** A EPESA possui financiamento BNDES Finame com o Banco Itaú BBA para aquisição de 25 Grupos Geradores da Stenac para usina, aumentando sua reserva técnica, estando os referidos equipamentos em garantia desta operação.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Principal	-	-	108.520	122.769
Juros (*)	-	-	-	1.096
Circulante	-	-	108.520	123.865
Não circulante	-	-	12.058	14.250
	-	-	96.462	109.615

(\*) o vencimento da parcela de principal e juros de 03 de janeiro de 2016 caiu em dia não útil e, segundo Escritura de Debêntures, o vencimento efetivo neste caso deve ser antecipado para o último dia útil anterior. Dessa forma, o pagamento de principal e juros de Janeiro de 2016 ocorreu em 30 de dezembro de 2015. **a. Controladora. Emissão e encargos.** Em 1º de setembro de 2011, a Sociedade emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R\$ 15.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas, que foram liquidadas integralmente em 6 de setembro de 2014. As debêntures fazem parte dos juros correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI Over Extra GDI, acrescida de forma exponencialmente de sobretaxa de 3,25% ao ano, com base em 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro-rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. **Amortização.** Os juros remuneratórios serão pagos em 6 (seis) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira devida em 1º de março de 2012 e a última em 1º de setembro de 2014. As debêntures serão amortizadas em 3 (três) parcelas semestrais e consecutivas, sendo o pagamento da primeira parcela devida em 1º de setembro de 2013 e a última em 1º de setembro de 2014, sendo liquidada integralmente nesta data. **Garantias.** As debêntures são da espécie quirografária e contam adicionalmente com garantia real e fidejussória, representadas respectivamente por (i) Cessão Fiduciária de Direitos inerentes a participação societária da Sociedade nas controladas e coligadas EPESA, EPASA e Termocabo, quais sejam dividendos, lucros, juros sobre capital próprio e outras atribuições em valores. Tais créditos foram mantidos em conta vinculada, mantendo a próxima parcela de juros e/ou principal retidos e aplicados sob acompanhamento do Agente Fiduciário, somente realizando a liberação de tais créditos para a conta de movimentação após verificado o regular cumprimento das obrigações garantidas; e (ii) fiança prestada pelos controladores. Com a liquidação das debêntures em 01º de setembro de 2014, as garantias oferecidas estão livres de quaisquer ônus. **b. Consolidado. Emissão e encargos.** Em 22 de janeiro de 2009, a controlada EPESA emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R\$171.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FI-FGTS. As debêntures são remuneradas pela variação da Taxa Referencial (TR) acrescidas de 10% a.a. **Não circulante.** As parcelas classificadas no não circulante apresentam o seguinte cronograma de desdobramento:

	2015		2014	
	2015	2014	2015	2014
2016	-	-	13.154	13.154
2017	-	-	13.154	13.154
2018	-	-	13.154	13.154
2019 em diante	-	-	70.154	70.153
<b>Total</b>			<b>96.462</b>	<b>109.615</b>

**Garantias.** A EPESA e seus acionistas ofereceram o instrumento particular de escritura da emissão das debêntures nas seguintes principais garantias: • Manutenção 3x principal e juros em conta reserva do serviço da dívida; • Alienação fiduciária de 100% das ações da Sociedade; • Penhor dos direitos emergentes das outorgas para geração de energia; • Alienação fiduciária dos principais equipamentos das usinas, ou seja, os grupos geradores e transformadores adquiridos originalmente na implantação das usinas; • Hipoteca do imóvel no qual estão localizadas as usinas; • Direitos creditórios decorrentes da receita fixa dos contratos de comercialização CCEAR; e • Receita variável dos CCEAR que exceder à parcela comprometida com a garantia constituída em benefício da fornecedora do combustível. **Cláusulas restritivas.** As principais cláusulas contratuais restritivas ("Covenants") do instrumento particular de escritura da primeira emissão privada de debêntures não conversíveis que configuram em antecipação da dívida ou ônus para a Sociedade são as seguintes: • Não alterar ou onerar o objeto social, o controle acionário, e não realizar ações, realizar reorganizações societárias ou alterar o formato societário de S.A. para Ltda.; • Manter Índice de Cobertura a Serviço da Dívida acima de 1,3x; • Manter adimplência com tributos federais, estaduais e municipais; • Não ter pedido de falência, recuperação judicial, pedir recuperação extrajudicial, etc.; • Não ter títulos protestados acima de R\$1.000 (limite atualizado pelo IPC-A); • Deixar de cumprir sentença judicial transitada em julgado; • Não ter vencimentos antecipados de quaisquer dívidas; • Não alienar ativos acima de R\$1.000 (limite atualizado pelo IPC-A). A Administração da controlada EPESA entende estar cumprindo com todas as obrigações acima e não tem conhecimento de qualquer manifestação pelo agente fiduciário de descumprimento de obrigações contratuais que configurem em antecipação da dívida, inclusive tendo havido o cumprimento do limite mínimo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, com a apuração de 13,75x maior que 1,3x. **15 Impostos e contribuições - corrente e diferido**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
PIS/COFINS e ISS sobre receita	-	-	368	2.951
Retenções de terceiros	9	2	234	111
IRPJ e CSLL a recolher	2	-	9.003	33.047
IRPJ e CSLL diferidos (i)	-	-	13.276	10.297
IRRF a recolher	-	-	631	514
Outros	-	-	115	1.027
Impostos federais parcelados	-	-	1.529	1.867
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>25.156</b>	<b>49.814</b>
Circulante	11	3	11.640	38.745
Não circulante	-	-	13.516	11.069

(i) Desde 2013 a controlada EPESA vem registrando fiscalmente a diferença de taxa de depreciação anual dos equipamentos Grupos Geradores entre o que está sendo contabilizada, com base na sua vida útil de 33 anos, e a taxa perdida pela legislação do Imposto de Renda de 10% a.a. Esse fato tem provocado anualmente uma exclusão temporária desde 2013, com efeito retroativo ao ano-base de 2009, na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, consequentemente refletindo na contabilização dos respectivos impostos diferidos, no montante de R\$ 13.276 em 2015 (R\$ 10.297 em 2014) no passivo não circulante, sendo R\$ 9.261 de IRPJ diferido (R\$ 7.071 em 2014) e R\$ 4.014 de CSLL diferido (R\$ 3.226 em 2014), registrados no passivo não circulante, que serão revertidos depois de completar o prazo de 10 anos de vida útil desses equipamentos

	Consolidado	
	2015	2014
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento (i)	13.124	10.552
Obrigações trabalhistas e sociais	2.043	1.239
Outros	17.529	12.584
<b>Total</b>	<b>32.696</b>	<b>24.375</b>

(i) Conforme dispõe o art. 12 da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, a controlada EPESA possui a obrigação de aplicar 1% da receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL - 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNCDD - 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser destinados a execução de projetos de P&D regulado pela ANEEL; 20% (vinte por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Ministério de Minas e Energia - MME. O saldo em aberto refere-se aos recursos que aguardam projetos aprovados pela ANEEL para a EPESA poder fazer a destinação (passivo atualizado por Juros SELIC) além da parcela de dezembro a ser recolhida no 5º dia útil do segundo mês subsequente para o FNCDD e o MME. **17 Provisão para contingência. EPESA. Obrigações contratuais - Regulatórias.** Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 310 de 29 de abril de 2008 o ONS programou testes de desempenho para o dia 21 de setembro de 2011. Os testes foram acompanhados pela ANEEL e teriam que operar nas potências nominais de 94,05 MW e 142,65 MW, respectivamente. Os testes tiveram que ser interrompidos por falhas em equipamentos de proteção, entre outros, e as usinas foram decretadas 100% indisponíveis. A EPESA solicitou novos testes para comprovar a disponibilidade das usinas e conseguiu concluir, de forma satisfatória, os seus testes entre os dias 27 e 29 de setembro e 5 de outubro de 2011, respectivamente. Em função dessa indisponibilidade temporária as usinas estão sujeitas a algumas penalidades previstas nos seus contratos comerciais CCEAR e regulação setorial. As taxas de indisponibilidade são apuradas pela ONS somente no fim do ciclo anual (todo mês de julho) e informadas para a CCEE para redução da garantia física durante os cinco anos subsequentes. Basicamente, o cálculo foi efetuado considerando uma redução na média aritmética do índice de garantia física por cinco ciclos completos (cinco anos) conforme previsto na Cláusula 14 dos contratos comerciais CCEAR além das outras ordinárias

faixa de lastro perante as liquidações de curto prazo na CCEE. De acordo com a regulamentação do setor, as usinas participantes do 2º Leilão de Energia Nova em diante podem comprar energia de uma usina tão nova quanto a sua visando extinguir as penalidades aqui mencionadas. A Administração, considerando a perspectiva firme de comprar lastro a partir de janeiro de 2013 e pelo prazo de 60 meses, fez o cálculo da provisão constituída em dezembro de 2011 com um risco máximo de R\$ 12.861, chegando a uma previsão realista de liquidação financeira (efeito caixa) para esse período de 2011 de R\$ 3.435, tendo como premissa um preço médio de liquidação futura de R\$ 165/MWh. Para a indisponibilidade constatada no despacho do ONS desde outubro de 2012 até 31 de dezembro de 2012, a Sociedade utilizou a mesma metodologia de cálculo para a penalidade do ano de 2011, tendo chegado a um valor de R\$ 3.476. Assim sendo, a EPESA tem registrado em 31 de dezembro de 2015 uma provisão total de R\$ 6.911 para contingência das indisponibilidades acima referidas, demonstradas abaixo:

	2015	2014
Indisponibilidade de energia	3.435	3.435
Competência 17	3.476	3.476
Competência 2012	<b>6.911</b>	<b>6.911</b>

Devido às grandes oscilações ocorridas em 2015 no Preço de Liquidação de Diferença (PLD), e para 2016, em função da recuperação dos reservatórios das UHE, o PLD médio estimado para o ano aproximadamente do preço utilizado para cálculo das penalidades, a Sociedade decidiu manter os valores provisionados das penalidades ocorridas em 2011 e 2012, para se fazer a respectiva reversão nas referidas provisões, em função do sistema de liquidação financeira da CCEE nos meses faltantes para cumprimento das referidas penalidades no prazo de 60 meses. **Tributárias.** As declarações de rendimentos, assim como outros tributos e contribuições sociais, estão sujeitas a revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Entretanto, não existe conta a EPESA e suas controladas quaisquer indicações de contingências relacionadas com o imposto de renda e outros tributos. **Cíveis.** A Sociedade não possui processo em andamento no qual a Administração, suportada pela opinião de seu advogado, acredita que a chance de êxito seja possível devido ao resultado da audiência preliminar conciliatória, das justificativas e provas apresentadas. Portanto, nenhuma provisão foi constituída. Em 2008, a Areva emitiu e protestou 24 títulos, decorrentes de fornecimento de equipamentos elétricos para a subestação das usinas da Sociedade, totalizando R\$ 7.580 (Nota Explicativa nº 11), que foram sustados sob a alegação de que (i) os serviços não foram prestados; e (ii) os equipamentos não foram entregues na sua totalidade. O acionista controlador da Sociedade ofereceu bens em garantia, suspendeu judicialmente a cobrança e o processo aguarda audiência de instrução. Além do valor das notas fiscais emitidas, que estão registradas contabilmente, o fornecedor também exige multas e juros pelo atraso desses pagamentos, no valor de R\$ 1.975 em 31 de dezembro de 2013, que não está reconhecido contabilmente, uma vez que a expectativa de perda é considerada possível. O risco máximo desse processo em andamento é R\$ 15.390, conforme opinião dos nossos consultores jurídicos. A EPESA, em função dessa discussão, entrou com processo de indenização (contingência ativa) contra esse fornecedor, solicitando (i) R\$ 34.000, por perdas causadas à Sociedade pelo atraso no comissionamento das usinas, reduzindo o seu faturamento entre janeiro e junho de 2009; e (ii) R\$ 8.631 dos serviços que não foram prestados e materiais que não foram entregues e de multas e perdas financeiras que a Sociedade incorreu com terceiros pelos atrasos no comissionamento das usinas causados pelo fornecedor, com valor atualizado da causa de R\$ 83.607, conforme opinião dos nossos consultores jurídicos. Em dezembro de 2014, foi julgado procedente, em favor da autora EPESA, em primeira instância a medida cautelar e a ação Ordinária Declaratória de Inexistência de Títulos cumulada com pedido de indenização por danos materiais, declarando nulos os títulos apontados para protestos mencionados na Medida Cautelar e na Ação Ordinária, condenando ainda a Ré a indenizar a parte Autora pelos danos materiais causados no período em que a Autora deixou de iniciar suas atividades operacionais em decorrência do atraso na entrega dos equipamentos por parte da Ré, bem como a importância pendida pela Autora, decorrente de dívidas contraídas por força da perda da receita, sendo esta também originada pelo atraso relativo ao início de suas atividades operacionais. Tendo em vista a decisão de primeira instância, a Areva interps Recursos de Apelação. Atualmente, há prazo processual em curso para apresentação de contrarrazões pela EPESA, que após, os autos judiciais serão remetidos ao Tribunal de Justiça de Pernambuco para o julgamento do recurso interposto. **Trabalhistas.** A EPESA é parte passiva de 26 processos trabalhistas nos quais os seus consultores jurídicos acreditam que a chance de êxito seja possível. O valor do risco estimado é R\$ 825 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 775 em 2014). **ENORTE. Causas de perdas prováveis.** Em 31 de dezembro de 2015 a Empresa possui demandas judiciais classificadas como risco de perdas prováveis por seus assessores jurídicos no montante de R\$ 89 mil. **Causas de perdas possíveis.** A ENORTE também é parte passiva em processo referente ação de cobrança iniciada por FERRELL Ind. Ferro e Aço Ltda. em que estão sendo cobradas diferenças de serviços prestados no início das atividades da usina no valor de R\$ 124 mil. Em fevereiro de 2016 esta ação foi julgada procedente e condenou a ENORTE a pagar o montante de R\$ 214 mil. Atualmente, o processo está concluso para julgamento do recurso de apelação da ENORTE. A ENORTE é parte passiva de cinco processos trabalhistas nos quais os seus consultores jurídicos acreditam que a chance de êxito seja possível. O valor do risco estimado é R\$ 284 em 31 de dezembro de 2015. **18 Patrimônio líquido (controladora).** Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o capital social subscrito e integralizado era representado por 39.590.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) pertencentes à DC Energia e Participações S.A. ("DC Energia"). **a. Reserva legal.** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2014, essa reserva montava em R\$ 7.918, atingindo o limite de 20% do capital social. **b. Remuneração aos acionistas.** Os lucros serão distribuídos conforme determina a Lei das S.A., ou seja, uma vez constituída a Reserva Legal (Art. 193), Reserva de Lucros a Realizar (Art. 197) e Reserva para Retenção de Investimentos (Art. 196), os lucros deverão ser distribuídos como dividendos. Em 2015 a Companhia dividendos apurados no exercício de 2015 no valor de R\$ 190.206, que inclui os dividendos mínimos obrigatórios de 25% no valor de R\$ 51.014 relativos à distribuição do resultado do exercício de 2015, a ser referendada na AGO de aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2015. Em função da propensão de dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício de 2015, restou um saldo a distribuir no valor de R\$ 13.849, que fica mantido na conta de Reservas de Retenção de Lucros, aguardando disponibilidade de caixa para pagamento. **19 Partes relacionadas.** Os principais saldos, assim como as transações que influenciaram o resultado relativas às operações com partes relacionadas, são decorrentes de contratos de mútuos que incidem juros equivalentes a taxas de empréstimos de capital de giro, calculados a 100% da variação do CDI + 4,5% a.a. até julho de 2014, e após esse mês a taxa passou para 2,5% a.a., refletindo melhor o custo do dinheiro no mercado financeiro. Desta forma, a Administração entende que tais operações são realizadas em condições usuais de mercado. A medida de geração de caixa das empresas devedoras, os mútuos estão sendo liquidados.

	Controladora		Consolidado	
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
BRASIL Norte Geração de Energia Ltda.	155	-	155	-
Vigus Engenharia Ltda.	-	-	-	(6.34)
Suape Mineração	15	-	15	-
DC Energia e Participações S.A.	-	(2.551)	-	1.828
BRASIL Gás e Energia Ltda.	40	-	40	(255)
<b>Total</b>	<b>170</b>	<b>(2.551)</b>	<b>210</b>	<b>(7.027)</b>

	Controladora		Consolidado	
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Antares Serviços e Participação Ltda.	-	-	-	(6.867)
Vigus Engenharia Ltda.	152	-	152	(35)
DC Energia e Participações S.A.	-	(3.140)	-	-
<b>Total</b>	<b>152</b>	<b>(3.140)</b>	<b>152</b>	<b>(6.902)</b>

	Consolidado	
	2015	2014
Receita de aluguel e prestação de serviços	20.298	37.242
Receita de disponibilidade e geração de energia	922.593	1.204.899
ISS, COFINS e ISS sobre o faturamento	(92.217)	(114.434)
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	(8.154)	-
Indisponibilidade de potência contratada	-	(6.468)
<b>Total de receitas</b>	<b>842.520</b>	<b>1.110.308</b>

**EPESA.** A controlada EPESA reconheceu receitas variáveis, uma vez que houve despacho pelo ONS durante praticamente todos os meses do ano, com exceção do mês de setembro de 2015. A Geração Bruta Média anual de 2015 foi de 100,67 MWh médio de potência, em atendimento pleno a despacho do ONS, com destaque para os meses de Fevereiro e Março onde operamos durante todos os dias do mês. A receita fixa é atualizada na data-base do reajuste tarifário de cada Distribuidora de energia, respeitado o prazo mínimo legal de 12 meses e é destinada para cobrir os custos fixos e eventuais custos associados à declaração de inflexibilidade. A parcela de receita variável corresponde ao produto do custo variável unitário pela diferença entre a energia verificada e a energia correspondente a declaração de inflexibilidade. Não cabe parcela variável às usinas que não são despachadas pelo ONS. **ENORTE.** A receita da controlada ENORTE possui um componente fixo aluguel dos equipamentos e um componente variável prestação de serviço de operação e manutenção. As receitas de prestações de serviços são faturadas no mês subsequente em que o serviço foi efetivamente prestado, devido a medição e homologação por parte do tomador dos serviços. Desta forma, estas receitas e seus impostos são contabilizados como "a futuro".

	Consolidado	
	2015	2014
Óleo diesel	(499.066)	(633.168)
TUST	(12.519)	(11.015)
Depreciação	(16.960)	(15.632)
Amortização do diferido	(2.331)	(2.331)
Recomposição do sistema	(11.808)	(29.219)
Mão de obra direta	(19.721)	(15.008)
Serviços e outros	(70.812)	(51.180)
Sistema de contabilização e liquidação financeira CCEE	(20.218)	(72.769)
<b>Total de custos dos serviços prestados</b>	<b>(612.999)</b>	<b>(684.794)</b>

**EPESA.** A controlada precisou adquirir óleo diesel para cumprir com o despacho contínuo do ONS de agosto até dezembro de 2014 com o agravamento da crise energética (Nota Explicativa nº 1), refletido na conta "Óleo Diesel". O principal custo corrente registrado na conta "TUST" refere-se ao pagamento para as transmissoras pelo uso das redes de transmissão, cobrados pela utilização das instalações e componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução da ANEEL. O custo é incorrido independentemente do despacho energia pelas usinas e é atualizado anualmente com base em regras específicas do setor de energia. A conta de "Recomposição do sistema" registra a compra de energia para reposição da venda acima da garantia física refere-se ao percentual de perdas entre as medições brutas, ou seja, entre os barramentos de 34,5/230 KV e o centro de gravidade do sistema interligado nacional. Estas perdas são o somatório das perdas internas e do SIN e estão sendo compensadas mensalmente com a aquisição de contratos bilaterais de energia no mercado de curto prazo. Neste custo também está sendo contabilizada a compra de energia pertinente a indisponibilidade ocorrida em 2011 e 2012. **ENORTE.** Em 2014 e 2015 a empresa tem alugado Grupos Geradores, classificados na conta "Serviços e outros", tendo por objetivo manter uma reserva técnica para atender a demanda de geração para Amazonas Energia, dando assim maior confiança na performance da Usina, evitando assim penalidades por indisponibilidade.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Serviços contratados	(2.026)	(1.555)	(6.043)	(9.207)
Pessoal administrativo	(16)	(37)	(13.424)	(10.551)
Despesas de viagens	-	(319)	-	(776)
Impostos e taxas	-	(72)	(53)	(600)
Depreciação	-	-	(634)	(381)
Telefonia e serviços de apoio	-	-	(1.348)	(232)
Outros	(204)	(181)	(6.492)	(5.891)
<b>Total das despesas administrativas</b>	<b>(2.246)</b>	<b>(2.164)</b>	<b>(29.994)</b>	<b>(27.638)</b>

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Indenização de seguros	-	-	24	990
Outros	-			